

COMITÊ do ITAJAÍ

AGÊNCIA DE ÁGUA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA NÚMERO VINTE E TRÊS DO COMITÊ DO ITAJAÍ, realizada em 06 de maio de 2010.

Aos seis dias do mês de maio de dois mil e dez, às quatorze horas em terceira e última convocação, reuniram-se no auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Blumenau, SDR, sito à rua Braz Wanka, 238, bairro Vila Nova, no município de Blumenau, membros do comitê do Itajaí e demais convidados. O presidente Tercílio Bonessi iniciou com boas vindas e agradeceu a presença de todos. Com a palavra, o presidente explicou que foram realizadas 6 audiências públicas sobre o Plano de Bacia, uma em cada sub-bacia do Itajaí, das quais participaram 231 pessoas, sendo 26 membros do comitê. As perguntas e comentários levaram a pequenas alterações nos objetivos, nas metas, e também nas providências a serem tomadas tendo em vista a implementação do plano. Na última audiência, o Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem de Blumenau, membro do comitê do Itajaí, apresentou um ofício com questionamentos e sugestões. No dia 23 de abril, foi realizada reunião específica com o sindicato gerando a formulação mais precisa de diretrizes da cobrança. Salientou que na manhã de hoje a presidência recebeu o Ofício 009/2010, assinado por diversas entidades de Rio do Sul - ACIRS, AMAVI, UCAVI, SIMMERS, Industrial e Agrícola Rio Verde, CRAVIL e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Agrônômica - apontando aspectos que indicam a incompreensão do plano. A Diretoria lamenta que tais dúvidas não tenham sido expressas nas audiências públicas, e espera que sejam esclarecidas hoje. Registrou e agradeceu a presença do secretário do Desenvolvimento Regional de Blumenau. E declarou aberta a assembleia, passando aos pontos de pauta. **1) Aprovação da ata 24ª AGO de 25/02/2010:** Com a palavra, Tercílio comunicou que a ata foi postada no site para que todos tivessem acesso. Chegou-se ao consenso de que não haveria necessidade de lê-la. Ata aprovada com 17 votos. **2) Aprovação do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí, abrangendo: objetivos, metas, critérios de outorga do direito de uso da água, proposta de enquadramento dos corpos d'água em classes de qualidade, modelo e diretrizes para a cobrança pelo uso da água, cronograma de ações:** o Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem de Blumenau solicitou espaço para que seu representante, Felipe Flesch Hoops, protocolasse ofício, o qual foi concedido. Dando continuidade, o presidente convidou a secretária executiva, Beate Frank, coordenadora dos trabalhos do plano, para iniciar a apresentação. Beate saudou os presentes e, salientou três informações básicas sobre o contexto da proposta. Primeiro os recursos financeiros: iniciou com um projeto de pesquisa financiado pelo CT-Hidro/CNPQ (Projeto Combi). O projeto realizou coleta de estudos e pesquisas e fez a organização das informações. Em virtude da aprovação de outro projeto de pesquisa, patrocinado pela Fundação de Apoio à Pesquisa de Santa Catarina (Fapesc), foi possível praticamente desenvolver a primeira fase do plano. Em 2006 o projeto Piava passou a atuar na mobilização social para a construção do plano da bacia. A partir de 2008 o projeto Piava passou a ter como objetivo o desenvolvimento do plano. Não sabemos exatamente o montante dos recursos investidos no desenvolvimento do plano, mas certamente foi algo em torno de um milhão e quinhentos mil reais. Foram vários financiadores e indiretamente também usamos recursos do Projeto Microbacias 2, o qual permitiu o desenvolvimento do sistema de informações de recursos hídricos do Estado, principalmente do cadastro de usuários, suporte fundamental para o plano de bacia. Em segundo lugar a base legal do Plano de Recursos Hídricos. A legislação de recursos hídricos, com todas as normas tanto sobre planos de bacia, como da outorga, da cobrança e do enquadramento foram examinadas e aplicadas. Em terceiro lugar, a equipe que desenvolveu o plano. Coordenei este trabalho desde o início até o final. Foi um trabalho árduo, porém muito interessante, um trabalho de muitas mãos. Quero registrar a Ana Cristina Brandt, parceira na elaboração desse plano desde o início, quando da criação da Câmara Técnica de Planejamento em 2004, na época representante da FAEMA. Na segunda fase do projeto Piava ela assumiu a coordenação de todo o trabalho técnico. Outra pessoa em especial é o Odirlei Fistarol, que também participou desde o início. Ele é o autor da cartografia: são 79 os mapas do plano, disponíveis no site. Ele trabalhou com o apoio de dois

COMITÊ do ITAJAÍ

AGÊNCIA DE ÁGUA

52 especialistas em informática, o Fábio Roberto Teodoro e o Gelson Silva, responsáveis pelo
53 sistema de informações, cuja construção foi simultânea à elaboração do plano, conforme manda
54 a norma. A Sheila de Amorim, responsável pela organização de todos os dados de qualidade da
55 água, ao economista Rogério Goulart Júnior, que desenvolveu os estudos sobre os critérios de
56 cobrança do uso da água. Petrick Soares, Cristiano Galvão e Markus Zinkhahn, os engenheiros
57 ambientais que desenvolveram a modelagem da qualidade da água e o programa de esgotos.
58 Nicolau Cardoso Neto, advogado da equipe Piava, organizou toda a legislação; o Juliano Albano,
59 educador, nos últimos anos coordenou a semana da água, e, portanto, foi responsável pelo
60 processo de mobilização social, com a participação de quase 28.000 pessoas na elaboração do
61 plano de bacia. A Prof. Noêmia Bohn, sempre pensando na legislação da gestão dos recursos
62 hídricos de Santa Catarina. Maurici Imroth e Danielle Scolaro, arquitetos encarregados de
63 construir a maquete da bacia do Itajaí, na escala 1/100.000. Lembro ainda da participação de
64 Edmundo Schult da Caixa Econômica, e de Wilando Kurth, atual presidente da CT-Plan, e tantas
65 outras pessoas que também são âncoras para o produto que agora apresentarei. O plano da
66 bacia é desenvolvido em três fases: a fase do diagnóstico/prognóstico, a fase de articulação e
67 compatibilização e a fase do plano diretor. A fase "A" foi a mais intensa em trabalho técnico, em
68 buscar e organizar informações, e que levou quatro anos. A fase de articulação e
69 compatibilização é onde se discute os problemas e procura-se soluções, o que demanda a
70 discussão com todos os setores, com todos os interessados. Essa fase foi desenvolvida ao longo
71 de três anos. E a fase do plano diretor é a fase de síntese que reúne o conjunto de decisões
72 finais. Apresentarei os principais eventos que ocorreram nos cinco anos considerados como o
73 período da elaboração do plano, ou seja, uma síntese, esclarecendo dúvidas sobre o diagnóstico,
74 prosseguindo para a fase de articulação e compatibilização, e depois para o plano diretor no qual
75 estão as decisões propostas. Considerando que algumas pessoas aqui presentes não
76 participaram das audiências, e não acompanharam as fases, este é o momento para esclarecer
77 possíveis dúvidas. Vamos para a caracterização. Quando falamos em plano de bacia nem
78 sempre as pessoas se situam na bacia hidrográfica. É importante ter claro que quando falamos
79 da bacia hidrográfica, estamos falando da área de drenagem do rio que é delimitada
80 topograficamente. A bacia do Itajaí pode ser dividida em 7 sub-bacias hidrográficas, que são as
81 unidades de planejamento, ocupadas por 52 municípios, e contém uma população de pouco
82 mais de 1.100.000 habitantes. Na perspectiva do governo do estado, essa região é dividida em
83 regiões, as micro-regiões das secretarias de desenvolvimento regional, totalizando oito. O
84 diagnóstico começa com a informação das demandas de água. Neste mapa mostramos as
85 demandas de água registradas pelo cadastro de usuários. Temos até o presente
86 aproximadamente 11.000 usuários de água cadastrados, no sistema estadual de informações de
87 recursos hídricos. Gestão de água significa o controle e a regulamentação dos usos da água. Há
88 regiões dentro da bacia que serão mais afetadas e outras menos por esse controle. A função da
89 gestão dos recursos hídricos é exatamente juntar as pessoas para encontrar soluções para os
90 problemas de escassez da água. De onde provém essas demandas de água? Abastecimento
91 público, esgotamento sanitário, criação animal, indústria, aquicultura, irrigação, mineração,
92 geração de energia elétrica e ainda outros usos. Olhando a distribuição quantitativa temos o
93 seguinte: a irrigação é responsável por quase 36% da água captada, a criação animal por quase
94 18%, a indústria por um pouco mais de 15%, o abastecimento quase 15%, a aquicultura um
95 pouco mais de 8% e outros usos 7,56%. Então, temos estes usos demandando diferentes
96 quantidades de água na bacia, mas essa demanda também não está distribuída igualmente. O
97 Itajaí do Norte é a maior bacia em território, mas é onde menos se usa água. Estes mapas
98 mostram como é a realidade dos usos da água na bacia hidrográfica. Dos 10.700 usuários, mais
99 de 7.000 usam menos de 255m³ por mês. No outro extremo temos 6 usuários que usam mais de
100 3.000.000m³ de água por mês. A linha azul do gráfico representa o valor acumulado de captação
101 de água. Por isso foi proposta a quantidade de 1.000m³ por mês como limite para distinguir os
102 "pequenos usuários de água/grandes usuários de água". Este critério só se refere à captação, 

COMITÊ do ITAJAÍ

AGÊNCIA DE ÁGUA

103 porque os lançamentos não foram ainda considerados porque o cadastro de usuários ainda não
104 requer essa informação. O cadastro dos usuários levantou os lançamentos em quantidade de
105 água, mas não em qualidade. O próximo passo do diagnóstico é confrontar essa demanda com a
106 disponibilidade. Aqui, usamos a regionalização de vazões realizada pela SDS (Microbacias 2),
107 que gerou informações sobre a quantidade de água disponível em cada pequena bacia. Esse
108 dado foi debitado da demanda, gerando o que chamamos de balanço de disponibilidade e
109 demanda. O mapa mostra áreas vermelhas, que são as onde falta água para atender as
110 demandas, áreas cor laranja, que estão em situação de alerta porque ali só sobra 0,1L/s, áreas
111 amarelas, onde ainda restam 10 a 50L/s, e áreas verdes, onde há mais de 50L/s de água
112 sobrando. Então, quando falamos na necessidade de regular o uso da água, trata-se de atuar
113 nas áreas vermelhas e cor laranja, para fazer com que não haja conflitos maiores, ou seja, que
114 atividades deixem de ser desenvolvidas por causa da falta de água. Temos que olhar para frente
115 porque o plano de bacia não resolve problemas do presente, mas sim, previne problemas futuros.
116 Portanto, como vão se desenvolver essas atividades econômicas nos próximos 20 anos? Foi
117 feita uma prospecção para cada uma das atividades, inclusive o crescimento populacional, para
118 os anos de 2010, 2015, 2025 e 2050 para cada uma das sub-bacias. Na bacia do Itajaí do Oeste
119 já existe problema de escassez, que será ampliado. No Itajaí do Sul, a situação vai ficar crítica
120 em 2015, em função da irrigação da cebola. Considerando também o crescimento econômico e a
121 mudança climática poderemos ter 10% menos de água. Observa-se que onde há menos floresta
122 é onde mais existem ameaças de escassez de água. O reflexo do uso do solo se manifesta na
123 mudança da capacidade de armazenamento de água no subsolo. Diagnóstico de qualidade: a
124 bacia do Itajaí é farta em estudos de qualidade de água, mas específicos por região, e não da
125 bacia como um todo. O quadro de dados foi recentemente completado com dados dos SAMAEs,
126 da CASAN e também da EPAGRI. Essa classificação serve para demonstrar como está a
127 qualidade da água. Os rios estão na classe 4 em alguns pontos, na classe 3 em outros pontos, e
128 na classe 2 em outros pontos e ainda alguns pontos apresentam classe 1. Isso mostra a
129 condição atual. Qual foi o critério adotado? Consideramos cada rio a partir das informações que
130 temos. Vale lembrar que conforme a resolução de 2008 do Conselho Estadual de Recursos
131 Hídricos todos os rios do Estado são enquadrados como classe 2. Enquadramento significa a
132 qualidade que se deseja ter, não a condição atual. Como foi feita a modelagem? Trabalhou com
133 dois parâmetros: a Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) e os coliformes fecais. Com base no
134 mapeamento do Google Earth foram localizadas todas as comunidades rurais e urbanas, com a
135 devida quantidade de habitantes e atribuindo a eles a quantidade de esgoto gerada supondo que
136 toda ela é lançada diretamente na água. Usou-se um modelo de qualidade de água desenvolvido
137 pela Universidade Federal de Minas Gerais, considerando a vazão Q95, ou seja, a vazão que é
138 equiparada ou superada em 95% do tempo. Consideramos a água salobra na parte baixa do
139 estuário. Enfim, a situação de quantidade é preocupante apenas em alguns pontos, mas o
140 diagnóstico de qualidade é preocupante em quase todos os pontos. O principal problema da
141 bacia obviamente é a qualidade, e isso afeta toda a população. A matriz de conflitos identifica
142 quais são os usos cujas práticas podem afetar a quantidade e a qualidade. A partir dessa matriz
143 começamos a localizar as responsabilidades ou as ações que precisam ser desenvolvidas pra
144 controlar esses usos. Nessa matriz, ao olhar o uso que mais sofre as conseqüências dos outros,
145 vemos que é a conservação ambiental: o impacto sobre a qualidade de água, sobre o meio
146 ambiente, sobre as margens dos rios. Regular os usos e desenvolver ações propostas pelo plano
147 de bacia significa arredondar essas coisas, resolver os problemas. Quando perguntamos as
148 comunidades quais os principais problemas ambientais que enfrentam, obtivemos: em 90% dos
149 municípios água contaminada por esgoto ou por dejetos animais, em seguida contaminação por
150 agrotóxicos, percepção de redução do nível do rio, ou seja, rios com menos água e nascentes
151 secando é um problema comum, e percebido pelas comunidade rurais, aquelas próximas das
152 nascentes. Quando perguntamos quais as ações a serem implantadas nos municípios, na visão
153 das comunidades, obtivemos: 90% apontam o tratamento de esgoto, 83% apontam a

COMITÊ do ITAJAÍ

AGÊNCIA DE ÁGUA

154 recuperação de matas ciliares. É surpreendente ver como a leitura das comunidades concorda
155 com os dados científicos. Fica nítido que é preciso melhorar a qualidade da água, tratar o esgoto.
156 Se o plano conseguir avanços nesses aspectos, terá feito muito pela bacia do Itajaí. Com a
157 palavra, Wilando questionou que as informações de qualidade indicam que há captações feitas
158 em rios classe 4. Beate respondeu que não se pode confundir enquadramento com classificação:
159 é muito comum esta confusão. Enquadramento é uma norma; hoje, por exemplo, os rios são
160 enquadrados como classe 2, segundo a resolução de 2008 do CERH. Uma outra coisa é o
161 diagnóstico, que mostra a condição atual dos rios. Com a palavra Wilando coloca que isto
162 demonstra que estamos numa situação classe 4. Se sobrepuser o cadastro de captações vamos
163 ter muitas captações nessa situação. Vamos gerar uma situação ou uma condição de ameaça de
164 fechamento das captações, se entendermos isso como um rio que esta em condição classe 4.
165 Essa é uma simulação eu temo por isso, de aprovar uma condição como sendo real. Beate
166 argumenta que está havendo uma visão equivocada dessa informação. Ter dados de baixa
167 qualidade de água não significa que os dados não existem, ou seja, temos dois conjuntos de
168 informações que mostram a baixa qualidade de água, a mesma coisa é apontada pela população
169 que não mede a quantidade de água por dia, mas que sente o cheiro e assim por diante. Dizer
170 que, por não saber precisamente o valor num determinado ponto, é um erro acadêmico antigo
171 achar que enquanto não encontramos a informação mais precisa, não podemos propor e
172 desenvolver ações. Às vezes temos que considerar médios, máximos ou mínimos. Nunca vamos
173 ter uma informação exata. O que temos é um diagnóstico apontando que a situação da qualidade
174 não é desejável. A outra questão refere-se à preocupação com o abastecimento público. Temos
175 aqui presente o Dr. Ricardo Donini, Procurador da República. O Ministério Público poderá fechar
176 estações tratamento de água com base nesse diagnóstico? Não. Ele vai buscar assessoraria. Se
177 a situação é essa para a Q95, ele poderá solicitar uma modelagem para a Q90, a Q 80 e a Q70,
178 para verificar em que vazão a condição da qualidade de água está boa. E poderá solicitar que
179 CASAN e SAMAE só operem quando a vazão da água estiver adequada. Se estiver a baixo
180 disso desliga-se, é o que se fazia em Itajaí por causa do sal na água! As soluções de engenharia
181 vão muito além das questões gerais levantadas pelo diagnóstico. Este é um plano diretor, ele dá
182 direcionamento geral, que mostra que este é um problema sério. O problema de qualidade é
183 muito superior em gravidade ao problema da quantidade. Com a palavra, Rui Batista Antunes
184 esclarece que não temos plano no estado de Santa Catarina e, na verdade, a bacia do Itajaí
185 reflete o que acontece no estado de Santa Catarina. Mas como a professora Beate falou, isso é
186 um diagnóstico, um diagnóstico participativo e que é uma fase, digamos, de qualquer plano de
187 bacia, de planejamento, esse diagnóstico está da forma que é possível se obter os dados, com
188 dados da Casan, da Fatma e dos acadêmicos, e que não será diferente da realidade catarinense.
189 Não temos previsto conflitos de quantidade em termos de escassez, mas um problema sério de
190 qualidade de água em Santa Catarina. É um estudo, é um diagnóstico que vai servir para as
191 metas. Então, não precisa se preocupar com isso. Só para completar, até onde eu li, não foi
192 citada a legislação estadual. Na introdução, quando se inicia a leitura, parece estar se tratando
193 de uma bacia federal e não estadual, pois não se fala na legislação estadual em momento
194 nenhum. Seria interessante citar na introdução. Beate responde que a introdução é muito breve
195 para dizer como foi o processo e que bacia nós tratamos. Todo este aspecto institucional está na
196 sessão 4.1 e toda parte da legislação ficou em anexo porque é muita coisa, então, foi colocada
197 em anexo, e, no site tem um link com as planilhas de toda legislação de planejamento, cobrança,
198 outorga e enquadramento. Inclusive mencionamos que a lei estadual fala em plano de bacia e a
199 federal em plano de recursos hídricos e acabamos adotando o nome da lei estadual, chamando-o
200 de plano de bacia. O Procurador Ricardo Donini esclarece que o fato do diagnóstico, neste
201 método científico utilizado, constar no plano, ou não, para o Ministério Público interditar uma
202 captação de água não tem a menor relevância. O que importa é que este diagnóstico foi feito, é
203 um dado científico, e é claro que vai ter uma importância para o plano. Beate retoma
204 apresentando a fase B. Com todo processo participativo chegamos a um resultado. E agora? A

COMITÊ do ITAJAÍ

AGÊNCIA DE ÁGUA

205 norma fala em procedimentos técnicos para encontrar soluções. Mas nós recebemos orientação
206 da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente no seguinte sentido:
207 considerando que o processo até aqui foi participativo, poderia se trabalhar com a técnica de
208 cenários, para gerar um cenário de futuro. E o produto do cenário está aqui. Primeiro
209 identificamos quais são as incertezas críticas para gestão da bacia, ou seja, aquelas questões
210 que são difíceis de resolver. São elas: o contexto geral brasileiro, conforme vai se desenvolver a
211 economia; o manejo rural, a gestão ambiental municipal e estadual, os instrumentos de gestão de
212 recursos hídricos; o tratamento de esgoto; a articulação do comitê da bacia com os governos
213 estadual e federal e, por fim, a gestão de cheias e de estiagens. Estes sete pontos mais o
214 contexto geral foram considerados incertezas críticas. Se não tivermos evolução positiva nestas
215 incertezas, não vamos ter condições de construir soluções. Depois de examinadas diversas
216 alternativas de evolução para cada incerteza, gerando cinco idéias-força, foram produzidos três
217 cenários em discussão pública. Obtivemos um cenário negativo, altamente rejeitado, um cenário
218 neutro e um cenário positivo, que seria mais apoiado pelas lideranças da Bacia do Itajaí. Este
219 cenário foi chamado "bacia do Itajaí sustentável". Neste cenário, o manejo rural é
220 conservacionista, a gestão ambiental municipal está estruturada e atuante, a gestão ambiental do
221 estado está estruturada e atuante, os instrumentos de gestão outorga e cobrança estaduais
222 estão implementados, o tratamento de esgoto tem expansão mediana economicamente viável, a
223 articulação do comitê da bacia com o governo estadual e federal está forte e a gestão de cheias
224 e estiagem estão integradas com o planejamento municipal e regional. No contexto geral
225 brasileiro se adotou o cenário mais positivo do plano nacional de recursos hídricos, que é o "água
226 para todos". Este cenário é gerou uma visão de futuro que diz: "Na Bacia do Itajaí, em 2030,
227 haverá água para a manutenção da vida e para os diferentes usos de forma justa. Isto será
228 possível porque a gestão ambiental pública estará estruturada, atuante e articulada com a gestão
229 de recursos hídricos e a cultura de participação estará estabelecida". Essa visão do futuro foi
230 construída na semana da água de 2007. Agora chegamos ao plano de bacia. As diretrizes, já
231 aprovadas pelo comitê, são em número de 62. A partir dessas diretrizes foram derivados 28
232 objetivos. Esses objetivos se situam em 13 temas: instrumentos de gestão de recursos hídricos,
233 gestão ambiental municipal, tratamento de esgotos, recuperação de matas ciliares, manejo rural,
234 desastres naturais, redução de sedimentos, resiliência da água, unidades de conservação,
235 educação ambiental e comunicação, comunidade indígena, conhecimento, planejamento e
236 captação de recursos. Para cumprir estes objetivos, foram propostos programas. Vários deles já
237 estão estruturados. São: o programa de incrementação dos instrumentos de gestão, o programa
238 de gestão ambiental municipal, o programa de tratamento de esgotos, o programa de
239 recuperação de matas ciliares, o plano de prevenção e mitigação de desastres, o programa de
240 educação ambiental e comunicação, o programa de gestão de conhecimento e o programa de
241 neutralização de carbono. Os demais dependem de elaboração e também do interesse, ou seja,
242 de entidades que aceitem o desafio de propor estes programas. Já foram apresentados nas
243 audiências públicas, mas ninguém se candidatou até o momento. E a partir disso, para estes
244 objetivos, foram propostas metas. Os programas desenvolvidos já tinham todo embasamento do
245 Projeto Piava, ou tinham uma ação importante do Estado ou importante demanda regional. É o
246 caso do Plano de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais que foi desenvolvido no âmbito
247 do Grupo Técnico Científico GTC, e o programa de tratamento de esgotos que, por ser a
248 demanda principal, avançou na formulação geral. São 37 metas para aqueles objetivos que já
249 tem programas, os outros terão metas no futuro. As metas são: para a outorga 1) emissão de 600
250 outorgas por ano ao longo de cinco anos; 2) conflitos equacionados em dois trechos críticos por
251 ano; 3) critérios para instalação de empreendimentos hidrelétricos definidos com bases em
252 estudos ambientais por sub-bacia, acompanhados e aprovados pelo comitê no prazo de 2 anos;
253 4) critérios para a outorga de lançamento definidos no prazo de 1 ano. Para os demais
254 instrumentos as metas são; 5) cobrança regulamentada em 2011; 6) coeficientes e preços
255 unitários básicos previstos a cada final de ano; 7) cobrança implementada em 2012, de forma

COMITÊ do ITAJAÍ

AGÊNCIA DE ÁGUA

256 escalonada (50% do valor a ser cobrado em 2012, 75% em 2013, e 100% em 2016); 8) a
257 qualidade de água a ser alcançada em 5 anos é a meta do enquadramento para os primeiros 5
258 anos, que é o prazo para o plano ser revisto; 9) ter um sistema de informações de qualidade de
259 água, implementado em 2010; 10) ter o sistema de gerenciamento de recuperação de matas
260 ciliares implementado em 2011; 11) ter o sistema de acompanhamento do plano implementado
261 até 2011; 12) atualização do sistema de alerta de cheias implementado ainda em 2010. As metas
262 do programa de gestão ambiental municipal são: 13) 10 órgãos ambientais municipais
263 estruturados a cada ano; 14) funcionamento regular de mais 10 conselhos municipais de meio
264 ambiente a cada ano; 15) política municipal ambiental elaborada e aprovada em 10 municípios a
265 cada ano; e 16) normas de gestão de áreas de preservação permanente e de intervenções em
266 cursos de água instituída em 50 municípios em 5 anos. Quanto ao esgoto, as metas são: 17)
267 estrutura de gestão de saneamento básico criado e em funcionamento nos 50 municípios, em 5
268 anos; e 18) tratamento de esgoto implantado nos municípios da bacia, conforme prioridades
269 definidas. Quanto ao programa de recuperação da mata ciliar são: 19) recuperação de 400
270 hectares de mata ciliar ao ano na bacia do Itajaí; 19) Programa Municipal de Conservação e
271 Recuperação de Matas Ciliares aprovado em 10 municípios, a cada ano; e 21) produção de
272 500.000 mil mudas de 100 espécies nativas em 5 viveiros, a cada ano. Quanto à prevenção de
273 desastres naturais, as metas são: 22) capacitação de 30 técnicos/ano em gestão de riscos e
274 temas associados, iniciando com municípios prioritários; 23) instituir e implementar 5
275 coordenadorias municipais de defesa civil / ano; 24) plano de alerta elaborado até 2011, incluindo
276 o arranjo institucional do sistema de alerta formalizado e a expansão da rede telemétrica; 25)
277 cartografia disponível em 2012; 26) projeto de sistema integrado (multitemático e multi-
278 institucional) de informações geográficas elaborado em 2012; 27) mapas de áreas de risco
279 (incluindo manchas de inundação x danos) elaborados para 5 municípios a cada ano; 28) revisão
280 e adequação do plano diretor urbanístico tendo em vista as áreas de risco, para 5 municípios a
281 cada ano; 29) projetos de lei para regulamentação de terraplenagem, em discussão em 2012; 30)
282 projeto para realização do inventário das estruturas hidráulicas disponível em 2012; e 31) projeto
283 JICA em 2011. As metas do programa de educação ambiental são: 32) Política Municipal de
284 Educação Ambiental (PMEA) aprovada em 10 municípios, a cada ano; 33) participação de 50
285 municípios em ações de mobilização social, a cada ano e 34) formação continuada em temas
286 associados à gestão de recursos hídricos para 50 profissionais que atuam na gestão, 250
287 educadores e 30 comunicadores, a cada dois anos. O programa de gestão de conhecimento tem
288 duas metas: 35) mecanismos de acompanhamento e de avaliação da implantação do plano
289 definidos nos primeiros 06 (seis) meses após a aprovação do plano; 36) Estudos e pesquisas
290 relevantes à gestão dos recursos hídricos da bacia do Itajaí sendo realizados. Finalmente, o
291 Programa de Neutralização de Carbono tem como meta: 37) obtenção de recursos para a
292 recuperação de 70 hectares com espécies nativas de mata ciliar por ano. Este é o conjunto de
293 metas que dá uma idéia do Plano como um todo. Agora vamos aos instrumentos, em que
294 importam os critérios. Embora nos referimos à outorga de direito do uso da água, os critérios
295 apenas se referem à captação. Essas outorgas devem considerar os seguintes critérios: 1) a
296 vazão de referências é Q 98, ou seja a base sobre a qual se toma a decisão é a vazão que pode
297 ser igualada ou superada em 98% do tempo. A vazão outorgável é 50% da vazão de referência,
298 subtraídos 10% da vazão implemental a título de reserva hídrica. Nas regiões críticas de
299 disponibilidade não se faz essa reserva técnica; 2) a vazão insignificante (inexpressiva) é a igual
300 ou inferior a 1.000m³ por mês, por propriedade, obedecendo às seguintes condições: considera-
301 se simultaneamente usuário, propriedade e demanda; ao usuário com mais de uma propriedade
302 aplica-se o critério de cada uma das propriedades separadamente; e naquelas propriedades com
303 mais de um ponto de captação, a avaliação da demanda considera a soma das captações
304 superficiais e, ou subterrâneas, para o devido enquadramento com razões insignificantes. A
305 vazão insignificante para captações de águas subterrâneas é de 30% da vazão insignificante
306 para águas superficiais. 3) Quanto à priorização, de acordo com a lei: 1a) consumo humano, b)

COMITÊ do ITAJAÍ

AGÊNCIA DE ÁGUA

307 dessedentação de animais, e c) todas as atividades econômicas simultaneamente: indústria,
308 piscicultura, criação animal e outros usos, d) geração de energia e, por fim, e) diluição. 4) Quanto
309 aos empreendimentos hidrelétricos, eles devem atender a dois critérios: a) a outorga preventiva e
310 definitiva do direito de uso da água para geração de energia elétrica será condicionada a
311 critérios ambientais definidos por sub-bacia; e b) a vazão outorgável para os empreendimentos
312 hidrelétricos corresponde aquela que excede à soma da vazão outorgável com a vazão
313 ecológica. 5) Quanto aos procedimentos da concessão da outorga, ela deverá iniciar
314 simultaneamente em toda bacia hidrográfica, com exceções das regiões críticas. Serão
315 consideradas regiões críticas, os trechos com demanda maior que a disponibilidade para
316 outorga. A vazão outorgada nos trechos críticos será considerada indisponível para a outorga até
317 que o conflito seja dirimido. Nos primeiros 12 meses, à partir do início da outorga da bacia do
318 Itajaí serão atendidos exclusivamente os usuários cadastrados no período de 22 de março à 22
319 de setembro, ou seja, aqueles que atenderam o edital em 2007. Os cadastrados após 22 de
320 setembro serão atendidos no período subsequente em ordem cronológica do pedido de outorga,
321 de acordo com a disponibilidade de água. O cadastro de usuários de água será considerado
322 solicitação de outorga a partir do encaminhamento da documentação exigida em instrumento
323 regulador próprio, ficando dessa forma estabelecida como ordem de solicitação a mesma ordem
324 do cadastramento dos usuários. Dando continuidade, apresento a proposta de enquadramento:
325 os trechos dos rios que devem ser enquadrados como classe especial são aqueles que estão
326 dentro de unidades de conservação integral, em que não se pode desenvolver nenhuma
327 atividade; há uma série de rios a ser enquadrados como classe 1. Os demais são classe 2.
328 Com essa proposta, estamos alterando muito pouco o que foi definido pela legislação estadual.
329 Temos ainda o detalhamento dos rios de água salobra em Piçarras e Penha, como na foz Itajaí.
330 As metas progressivas são o resultado das oficinas de enquadramento. As pessoas querem o rio
331 em classe 2 porque será muito mais fácil tratar a água, e assim também se atende demandas
332 hoje reprimidas, principalmente atividade de lazer. Isto é objetivo e significa que dentro de um
333 determinado tempo queremos ter os rios nessa situação. Sabemos que hoje a situação é crítica,
334 portanto tivemos que verificar se é viável atingir os objetivos. E como mencionei em todas as
335 audiências públicas, parece não ser viável atingir os objetivos. Por quê? Mesmo que todo o
336 esgoto seja tratado, em 20 anos ainda vamos ter 23% de rios na classe 3 e 18% na classe 4, ou
337 seja não conseguimos atingir todos os rios em classe 2. Por outro lado teremos uma quantidade
338 grande de rios na classe 1. Entretanto, com a informação disponível, não é possível hoje dizer
339 outra coisa. Por isso a proposta da equipe técnica, pré-aprovada pelo Comitê em fevereiro, é
340 acatar essa meta para 5 anos. Nos primeiros 5 anos a meta seria de ter 1.345km de rios na
341 classe 1; 251km de rio na classe 2; 488km de rio na classe 3 e ainda 803km na classe 4.
342 Paralelamente, o monitoramento precisa ser implantado urgentemente, para avaliar quanto se
343 consegue cumprir do que está aqui proposto e rever o plano em 5 anos. Caso a proposta de
344 enquadramento se mostre impossível, alguns rios poderão ser reenquadrados em classe 3. Pois,
345 atingir metas é bom, não atingir metas é frustrante. Por outro lado, se acatarmos que alguns rios
346 sejam enquadrados como classe 3, não teremos mais chance de recuperar esse rio. Por que
347 enquadramento significa definir o rio que queremos ter, e principalmente para o órgão
348 licenciador usar essa qualidade como critério de licenciamento, Hoje todas as licenças, quer seja
349 das estações de tratamento de água, Casan, Samae, quer de todas as empresas industriais,
350 foram dadas considerando o rio classe 2, e não classe 3. Então com essa proposta não estamos
351 fugindo da prática atual. Em função disso manteve-se essa proposta. Alguma questão em
352 relação a isso? Quanto à cobrança, deve ficar claro que nas normas que definem o conteúdo
353 mínimo do plano de recursos hídricos consta que o plano deve conter as diretrizes e os critérios
354 para a cobrança pelo uso da água. Então, aqui constam as diretrizes, os critérios e as metas,
355 inclusive da cobrança. O custo da recuperação da bacia do Itajaí foi estimado em 1.305 bilhões.
356 Esses dados são a soma de dois valores, do tratamento de esgotos que é a primeira prioridade,
357 e a segunda, que é a recuperação da mata ciliar. O tratamento de esgoto nas áreas urbanas e

COMITÊ do ITAJAÍ

AGÊNCIA DE ÁGUA

358 nas áreas rurais, considerando preços básicos, vigentes no setor, geraram o valor de 1.005
359 bilhões. É importante dizer, que esse valor não é uma média para tudo, na verdade, separamos
360 urbano do rural. O valor do esgoto na área rural é 25% do valor do esgoto na área urbana. Os
361 outros 300 milhões vieram da recuperação da mata ciliar, estimativa feita considerando 50.000
362 ha, sendo 6.000 o custo de recuperação de 1 ha. Isto seria o horizonte do plano para 20 anos,
363 que é uma estimativa. Claro que o valor necessário anualmente depende não só da aprovação
364 de metas, mas depende de estudos muito mais detalhados. Aqui não se fez escolha de
365 tecnologias, nem cabe a um plano de bacia fazer isso, cabe dizer que o esgoto é prioritário e
366 assinar em baixo. Portanto, valores precisos de custos devem ser definidos anualmente em
367 função de programas e ações estabelecidas pelo plano diretor, além de outras fontes de
368 financiamento, projetos aprovados em fundos diversos e repasses públicos. Uma parcela
369 certamente deve vir da cobrança pelo uso da água. Bem, considerando este contexto da
370 demanda de recursos e das possibilidades de obter recursos de várias fontes, e principalmente
371 com base nos estudos e discussões feitas, a proposta de diretrizes é a seguinte: 1) a cobrança
372 será implantada progressivamente; 2) a cobrança só será implantada se houver a garantia do
373 retorno do recurso arrecadado para a bacia; 3) como a cobrança se destina a possibilitar a
374 recuperação ambiental da bacia, todos os setores usuários devem participar dela; 4) para
375 ampliar o número de usuários regularizados, os alvarás municipais devem passar a exigir
376 protocolo de registro no cadastro de usuários. Quanto aos critérios. O que significa critérios? O
377 critério é o modelo e a forma de calcular, discutida e testada várias vezes nas oficinas. Ela diz
378 basicamente o seguinte: temos 3 usos de água, e cada um vai ter seu preço. Um uso é a
379 captação, ou seja, retirada de água do solo, do rio, depois o consumo, que representa a água
380 que não se devolve e o terceiro é o conteúdo do que é lançado. Usamos os parâmetros que mais
381 geram problemas e deixamos aqui um termo genérico pra outras coisas que devam ser
382 consideradas no futuro. Então em cada um deles se multiplica o preço para cada um desses
383 usos, ou seja, cada uso tem seu preço, que é o PUB (preço unitário básico). Existe um preço
384 para a captação, um preço para o consumo e um preço para a DBO lançada e os materiais
385 sedimentados. A intensidade do uso individual é dado por: o volume de água captado no ano, o
386 volume consumido no ano, a quantidade de DBO em kg lançada por ano, a quantidade de
387 materiais sedimentados lançados no ano. Esse é o valor bruto que depende das quantidades que
388 cada usuário capta ou lança, mas o preço unitário é uniforme. Segundo a legislação, não se pode
389 simplesmente aplicar um preço único, porque os diferentes setores usuários têm diversas
390 capacidades de pagamento, pois as condições econômicas variam. E assim, se introduziu um
391 fator multiplicativo para cada setor, que é uma novidade em relação aos outros modelos
392 praticados no país, em que se aplica simplesmente um valor igual a todos. E aqui se subtrai um
393 quarto uso, que é um anti-uso. Enquanto os três primeiros são adicionados, esse quarto é
394 subtraído. Corresponde ao valor da produção de água, para aquele usuário que também produz
395 e protege a água. O volume captado vem do cadastro de usuários, o volume consumido do
396 cadastro de usuários, a DBO (representa a demanda bioquímica de oxigênio, em kg, obtido pelo
397 produto) e MS (representa materiais sedimentáveis, em litros, obtido pelo produto) também no
398 futuro virão do cadastro de usuários. Temos aqui um coeficiente de enquadramento, porque a
399 norma sugere considerar no preço a qualidade da água. Esse coeficiente foi inserido tanto na
400 captação, como no lançamento. O fator que mais distingue o valor a ser calculado para cada
401 usuário vai ser o Ks, que é evidentemente o que gerou as discussões. Os valores do coeficiente
402 de enquadramento são propostos como 1, na classe 2, já que é classe definida em lei, maior do
403 que 1 na água melhor, abaixo de um na água pior. Agora passamos para o método para
404 determinação do Ks, a partir da composição dos valores adicionados e do número de grandes
405 usuários por segmento. A tabela ensina o método de determinação deste coeficiente. Os setores
406 usuários foram separados de acordo com os segmentos do cadastro de usuários: o valor
407 adicionado identificado em relação a 2006 para cada setor, que mostra a importância de cada
408 atividade na economia regional. Agora a informação sobre o uso de água. O número de usuários,

COMITÊ do ITAJAÍ

AGÊNCIA DE ÁGUA

409 em cada um desses grupos é: 251 indústrias, 46 geração de energia, 107 mineração, 607
410 saneamento, 1.187 outros usos, 3.057 criação animal, 914 aquicultura, 4.958 irrigação. Ressalta-
411 se que estes números não são necessariamente diferentes pessoas ou empresas, pois alguns
412 têm mais de um uso, e portanto diversos registros. Na próxima coluna constam os grandes
413 usuários, sendo 117 indústrias, 46 hidreletricidade, 10 mineradores, 47 empresas de saneamento
414 103 outros usos, 258 criadores de animais, 330 aquicultores e 1963 irrigantes, principalmente de
415 arroz e um pouco de cebola. O valor adicionado foi dividido pelo número de grandes usuários,
416 considerando que essa economia é gerada principalmente pelos grandes produtores. Depois
417 esse valor foi dividido pelo valor máximo, que é o da indústria. Assim obtivemos uma proporção,
418 uma escala, e desse quociente foi extraída a raiz quadrada, com isso atingimos a indústria com
419 valor $K_s=1$ e os outros com valores menores. Deste, excetua-se o setor de saneamento que
420 daria 0,4. Antes de seguir no texto, quero chamar atenção para o seguinte: que esse é um
421 método, ou seja, isso faz parte do modelo. Ao considerar o modelo, não estamos definindo
422 valores, e sim o método, porque consta como meta que os coeficientes e os preços unitários
423 seriam revistos anualmente. É claro que, a medida que aparecem novos usuários, o cadastro vai
424 mudar; a medida que a economia muda, um setor avança mais que outro, e portanto esta
425 proporção também muda. Então, ao invés de ter uma fórmula rígida como é praticado em outros
426 lugares, com valores fixos, teríamos um modelo ajustado em função da realidade, como em
427 função dos custos previstos anualmente. Na verdade, é assim que se pratica naquela agência da
428 Alemanha que nos assessorou em 1999. Cabe agora comentar sobre geração e saneamento. No
429 setor geração hidrelétrica, embora ela conste ali $K_s=0,6$, esse modelo não se aplica porque é um
430 setor que tem regulamentação setorial específica, ou seja, ele não entra de fato nesse modelo.
431 No caso do saneamento, o valor do K_s não é determinado pela fórmula. Sugerimos que o
432 saneamento fique com o valor 1, independente das outras flutuações, porque considerando de
433 um lado que o abastecimento público é um uso prioritário por excelência e que de outro, o esgoto
434 sanitário é o principal responsável pela baixa qualidade de água, o setor de saneamento deveria
435 ficar com K_s máximo (várias pessoas apontaram isso em vários momentos). Depois, a pedido do
436 setor industrial, foi desenvolvido outro método para determinar os coeficientes para os sub-
437 setores industriais, para não ficarem todos com o mesmo K_s . Conforme o método aqui
438 apresentado, isso foi feito considerando apenas os maiores usuários, que são 23 empresas: 4
439 frigoríficos, 2 madeireiras, 2 siderurgias, 1 outras, 2 do setor papel e celulose, 8 têxteis e 4
440 vestuário. Foi a única possibilidade de adquirir números para encontrar uma segregação entre os
441 setores. Foi usada a receita operacional líquida média dessas empresas baseado na conjuntura
442 econômica, a demanda de água captada dessas empresas, e feitas as contas que resultaram
443 numa taxa que, somada ao 0,6, chegou em outro valor para os K_s . Ao invés da indústria ter $K_s=1$
444 de modo uniforme, ela ficou com K_s entre 0,6 e 1. Novamente chamo atenção de que a proposta
445 que tinha sido levada para oficina foi de acatar esses valores. Posteriormente, pela discussão
446 nas audiências, entendeu-se que esses valores estariam mudando, pois teremos mudança nas
447 demandas, nos dados econômicos. A proposta agora é que fiquemos com o método para
448 determinação dos coeficientes, para termos o modelo aprovado. Este é o critério de cobrança, a
449 fórmula com sub-fórmulas. O último termo da fórmula é VPA, valor do produtor de água que será
450 estabelecido em conformidade com o que for praticado pelo programa produtor de água, portanto
451 também não está definido, não existe formulação. Finalizado o conjunto de critérios, foram
452 propostas como metas: a) a cobrança regulamentada em 2011, o que significa tanto
453 regulamentação por parte do Estado, como os ajustes necessários de acordo com os critérios
454 apresentados; b) coeficientes e preços unitários básicos revistos anualmente, ou seja, nós não
455 teríamos um preço fixo para todo e sempre, a cobrança seria implementada em 2012 de forma
456 progressiva. Alguma questão em relação a isso? A proposta foi compreendida? São diretrizes,
457 critérios, ou seja, uma formulação geral e metas de colocar isso para frente. Cleber Stassun
458 solicitou a palavra. Com a palavra, Cleber cumprimentou os presentes e apresentou-se como
459 representante da associação empresarial de Rio do Sul. Falou que com relação à questão do

COMITÊ do ITAJAÍ

AGÊNCIA DE ÁGUA

460 método a ACIRS não é contra a cobrança, muito pelo contrário. Se for para melhorar a qualidade
461 de água na bacia, realmente temos que encontrar fórmulas ou formas de fazê-lo. A nossa
462 principal dúvida é com relação ao Ks, se realmente o valor adicionado é o índice ideal para se
463 medir a capacidade de pagamento. Fizemos discussões em Rio do Sul, chamamos empresários,
464 representantes de indústrias, para discutirmos a questão e não conseguimos ter certeza se o
465 valor adicionado é, ou não, o melhor índice. Por isso, nós solicitamos anteriormente que o Ks, ou
466 a fórmula de se calcular, fosse deixada para ser discutida posteriormente, então, nosso
467 posicionamento naquele momento foi esse, e aqui com os meus pares ele continua dessa forma.
468 Com a palavra Rui Batista Antunes perguntou se nas audiências públicas ficou bem claro, se
469 estava definido no plano, que eram apenas diretrizes e critérios da cobrança, não é a cobrança
470 propriamente dita. Porque independente do lugar, seja no Itajaí, no Araranguá ou Chapecó, falar
471 em cobrança sempre repercute. Sabemos que é uma meta audaciosa e pela minha experiência,
472 não estou falando como técnico, mas pela minha experiência de Estado e de Governo,
473 independente do partido, não acredito que essa meta possa ser alcançada porque ela esta um
474 pouquinho fora da realidade. Acho ótimo estar como meta e deve ser assim, temos que ser
475 pretensiosos para conseguir as coisas, mas como falei, independente de partido, acho difícil que,
476 em 2012, 50% seja alcançado. Que bom, se for possível, porque afinal de contas é instrumento
477 da política que tem que ser aplicado, se não for em 2012, será depois. A minha pergunta seria
478 essa, se realmente ficou claro para eles, se a classe de usuários entendeu, acredito que não.
479 Com a palavra, Beate responde dizendo que existe uma dificuldade constante com relação a
480 esses esclarecimentos, nós estamos falando apenas em nome da região, ou seja, da bacia e
481 nunca temos os técnicos do Estado para esclarecer essas questões. Este processo foi todo
482 conduzido pela equipe da Agência de Água do Itajaí. Tínhamos pedido, e tu Rui, assinaste no
483 tempo em que eras diretor de recursos hídricos, um termo de parceria com o Projeto Piava, para
484 que a SDS estivesse conosco nessa discussão, para não chegarmos "estou falando pela agência
485 da água ou pela associação brasileira de recursos hídricos", e sim pelo órgão gestor, mas, não
486 tivemos a parceria, então, se eu falar "a lei manda isso, etc." Bom, mas é uma professora que
487 está dizendo, cadê o gestor? Então, não fizemos uma prova para saber o que cada um entendeu,
488 mas parece que as pessoas que participaram realmente das oficinas, como participaram das
489 audiências, saíram com esclarecimentos e dúvidas. O Gilberto fez uma fala crítica dizendo "Olha
490 gostei, agora eu entendi o que se estava querendo, mas essa questão não está clara", que é a
491 questão colocada pelo Cleber: O que significa exatamente esse valor adicionado? E como é que
492 isso foi obtido? Beate esclareceu que o relatório ainda está sendo produzido, o técnico que fez
493 esse trabalho, é economista. Ele se baseou em dados do IBGE, levantados a cada 5 anos e,
494 além do PIB, o valor adicionado. Entretanto, o valor adicionado não existe para a bacia, nem para
495 os municípios, ele existe para o Estado. Então, para conseguir fazer para os municípios, separar
496 cada setor, ele teve que desagregar muitas informações, tanto da Epagri, Instituto Cepa, IBGE,
497 etc. O Rogério passou quase um ano fazendo isso, foi muito trabalho, e quando ele foi fazer o
498 relatório, eu disse não faz, temos que avançar. Nós temos prazo, estamos cumprindo metas do
499 nosso financiador, e agora o relatório está sendo feito. Ou seja, o método existe, mas não está
500 escrito ainda. O PIB é uma grandeza que todo mundo conhece, e o percentual importante do PIB
501 é este valor adicionado. Respondendo a pergunta do Rui, nós sempre tentamos colocar
502 claramente o procedimento institucional, isso não consta nas diretrizes, mas isso consta nas
503 providências. Quais são as providências para ter a regulamentação que é função estadual?
504 Sempre deixar claro que quem cobra é o estado; cabe ao comitê simplesmente definir diretrizes e
505 critérios e com isso o Estado trabalha. Claro que temos que trabalhar juntos, pois tudo tem que
506 ser compreendido, e então temos providências propostas para isso. Com a palavra Odair
507 Fernandes apresenta uma proposição para que, ao invés de estabelecer datas definitivas,
508 colocarmos um prazo previsto após a regulamentação, depois de meses, ou um ano. Depois
509 veremos como será a discussão. Beate sintetizou: a proposta é manter a regulamentação e a
510 data vem depois. A proposta do Cleber é que a fórmula de definição do Ks também seja definida

COMITÊ do ITAJAÍ

AGÊNCIA DE ÁGUA

511 dentro de um prazo e não agora. Com a palavra o presidente Tercílio Bonessi, pediu espaço para
512 apresentar o promotor de justiça do Estado, Dr. Luciano. Com a palavra, o Dr. Luciano Trierweiler
513 Naschenweng cumprimentou à todos, e apresentou-se dizendo que assumiu em abril a
514 promotoria de justiça e proteção ao meio ambiente de Blumenau, e que pretende fazer um
515 trabalho regional pela bacia hidrográfica e que veio prestigiar o evento, cumprimentar o
516 presidente e a Beate. Infelizmente se atrasou, porque tem uma série de funções no fórum, de
517 audiências que tomam muito tempo e não consegue ter tempo integral tão importante para
518 participar dessa assembléia. Também se faz presente aqui para demonstrar o interesse de fazer
519 parceria com o comitê. Com a palavra, Tercílio agradeceu a presença e salientou a importância
520 de ter, na promotoria pública, uma pessoa realmente dedicada aos problemas ambientais da
521 bacia. Oscar Graf solicitou a palavra e perguntou se as regras que estão no processo de
522 tramitação hoje, nos órgãos competentes, entram no critério atual ou nos critérios antigos? Beate
523 respondeu que sim, não tem como fazer retroativo. O que o Oscar perguntou refere-se aos
524 critérios de outorga. As manifestações do Cleber, do Odair e do Rui, sugerem que, além dessa
525 revisão anual, os coeficientes Ks sejam definidos dentro de um prazo, ou seja, rever o estudo, as
526 fórmulas e que não conste 2012 e sim à partir dessa regulamentação. Podemos deixar isso
527 assim? Agora o sistema de informações, que também é instrumento de gestão. O sistema de
528 informações tem vários módulos e o que está previsto é um módulo de qualidade de água dos
529 rios, de monitoramento do plano, de gerenciamento da recuperação de matas ciliares, e do
530 sistema de alerta. O plano integrado de prevenção de desastres, no qual existem várias metas.
531 Quem é responsável pelo plano? O plano é da bacia, o comitê aprova, mas o comitê é quem? É
532 o conjunto de entidades, por tanto a execução do plano também cabe a essas entidades. Para
533 deixar isso mais claro as 37 metas foram reorganizadas e atribuídas às entidades competentes.
534 Muitas metas são para os municípios: em desenvolvimento institucional e programas de ações,
535 para 5, 10 e 20 anos. Obviamente os municípios vão necessitar de auxílio para cumpri-las.
536 Existem as metas para os órgãos estaduais: para a SDS, especificamente a diretoria de recursos
537 hídricos, para a FATMA, para o GTC, para a Fapesc, para a Epagri (em negociação). Existem
538 também metas para a Fundação Agência de Água, relativas aos instrumentos de gestão, à
539 gestão ambiental municipal, à recuperação de mata ciliar, à educação e comunicação ambiental,
540 ao acompanhamento do plano, e à prevenção de desastres. E finalmente, chegamos nas
541 providências que representam as tarefas que ficam para o comitê de bacia, para promover
542 articulação e colocar o plano em prática. As primeiras delas já foram levadas para as audiências
543 públicas, outras são decorrentes do que foi coletado nas audiências. Então, a adoção do plano
544 diretor de recursos hídricos da bacia requer do comitê de Itajaí as seguintes providências: 1)
545 gestionar, junto à ALESC, para que seja aprovado o PL 465.8/2009, que altera alguns dos artigos
546 da Lei 9022/93, e insere os comitês de bacia e as agências de bacia no sistema estadual de
547 gerenciamento de recursos hídricos. Como está na justificativa, a política nacional de recursos
548 hídricos prevê esse conjunto de instituições no sistema, mas a lei estadual ainda não tem as
549 agências dentro do sistema. Precisamos da aprovação desse projeto de lei, para integrar
550 formalmente o sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos. O fato de existir a
551 agência na lei não significa que a fundação agência de água automaticamente passe a ser
552 agência de água, para isso é necessário outro mecanismo. 2) Gestionar, junto à ALESC e ao
553 poder executivo estadual, para que seja criado um mecanismo legal em âmbito estadual, similar
554 ao existente na esfera federal (Lei 10.881/2004 – Lei das entidades delegatárias), que permita ao
555 órgão gestor de recursos hídricos, mediante aprovação do CERH, delegar as funções de agência
556 de bacia por meio de contratos de gestão, a pessoas jurídicas de direito privado sem fins
557 lucrativos, com identidade na respectiva bacia e qualificadas para a função; 3) gestionar para que
558 o CERH aprove abertura de edital para a seleção da entidade que assumirá as funções de
559 agência de bacia, na bacia hidrográfica do rio Itajaí. Estas são as 3 primeiras, consideradas como
560 as providências institucionais básicas para organizar o sistema de gestão de recursos hídricos.
561 Além disso, tem uma série de questões necessárias para avançar na implementação: 4)

COMITÊ do ITAJAÍ

AGÊNCIA DE ÁGUA

562 gerenciar para que o CERH homologue o plano diretor de recursos hídricos no prazo de dois
563 meses; 5) criar, no âmbito do comitê do Itajaí, um grupo de trabalho permanente para ajustar e
564 aplicar as diretrizes e os critérios da cobrança pelo uso da água; 6) desenvolver medidas, no
565 âmbito do comitê do Itajaí, que condicionem o alvará municipal das empresas ao registro no
566 cadastro de usuário de água; 7) definir organizações responsáveis para elaborar os programas
567 do plano ainda não detalhados, e zelar para que sejam submetidos ao comitê do Itajaí, até abril
568 de 2011; 8) gerenciar junto ao GTC a coordenação e execução das ações do PPRD (atualmente o
569 GTC está cuidando bem do projeto JICA, mas as outras ações precisam continuar sendo
570 desenvolvidas); 9) promover a articulação do PPRD com os demais programas deste plano
571 diretor da bacia do Itajaí. Essa articulação interna é necessária para facilitar o trabalho, inclusive
572 da CT-Prevenção; 10) incumbir à CT-Planejamento a tarefa de coordenar o acompanhamento
573 do plano; 11) gerenciar para que a diretoria de recursos hídricos/SDS crie um grupo de trabalho
574 com participação da FATMA e do comitê do Itajaí, com o objetivo de preparar a implementação
575 das metas de outorga e de re-enquadramento estabelecidas por este plano diretor; 12) em
576 relação ao cadastro de usuários de água, gerenciar junto à SDS para que seja: a) providenciado
577 o preenchimento dos dados qualitativos (lançamentos) que foi suspenso na época, b) que seja
578 estudada a possibilidade de inclusão das demonstrações financeiras das empresas industriais
579 referentes ao ativo total, patrimônio líquido, receita operacional bruta e líquida, resultados bruto e
580 líquido, quantidade de colaboradores, consumo de energia elétrica entre outros, para melhor
581 fundamentar critérios de cobrança; 13) gerenciar para que a diretoria de recursos hídricos/SDS
582 crie um grupo de trabalho técnico jurídico, com participação da ALESC, do Comitê do Itajaí e dos
583 demais comitês de bacia catarinenses, com o objetivo de promover a regulamentação da
584 cobrança pelo uso da água; e finalmente 14) apresentar o plano diretor da bacia do Itajaí aos
585 candidatos ao governo do Estado em 2010. Beate encerrou sua apresentação anunciando a
586 abstenção do seu voto. Com a palavra o presidente Tercílio Bonessi parabenizou a Beate e falou
587 da emoção da mesma depois de 5 anos de trabalho incansável, do envolvimento que ficou
588 registrado da sociedade, das participações, das sugestões através de email, das visitas
589 realizadas no site. As participações superaram 25.000 pessoas que de alguma maneira se
590 manifestaram quanto a este plano. São aproximadamente 1 milhão e 200 mil habitantes na bacia,
591 é uma das bacias com a maior diversidade de uso de água, e, como ressaltou o Rui, quando
592 falamos em plano, principalmente a cobrança é um grande mistério, os segmentos tentam se
593 proteger, e as manifestações são justas, sabemos que é dessa forma, com manifestação,
594 discussão, que chegamos ao conhecimento, ao esclarecimento. Recebemos no início da
595 assembléia várias colocações do sindicato da indústria têxtil com a sugestão de que mais
596 estudos sejam feitos sobre a cobrança. Entretanto, como foi apresentado, a cobrança vai ser
597 estabelecida pelo Governo do Estado, que vai primeiro regulamentar e depois, quando ficar claro
598 que os recursos sejam para uso na bacia, se estabelece a cobrança e se faz o estudo dos
599 valores, pois o gestor aqui é o estado. Este plano que colocamos em discussão, e agora em
600 votação, precisa da homologação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que tem
601 assessoria jurídica. Pessoas com conhecimento da legislação farão estudos criteriosos e
602 necessários para que seja validado. Acredito que a apresentação minuciosa da Beate deixou
603 essa questão bem esclarecida. Parabenizo novamente a Beate pela capacidade de conseguir
604 conversar e colocar isso para nós. Ficamos felizes por termos uma pessoa assim no comitê, com
605 garra, vontade de trabalhar. Coordenou esse trabalho, a equipe por ela montada, que buscou
606 valores na universidade, na sociedade, buscando pessoas com perfil certo para realizar esse
607 plano. Estamos felizes com a participação da sociedade, do Promotor de Justiça, do Procurador
608 da República, a presença da deputada Ana Paula Lima que é representante da ALESC no
609 comitê. Deixo a palavra livre. Harry Dorow solicita a palavra. Com a palavra Harry cumprimenta a
610 todos e questiona se nós não estamos aprovando, por exemplo, a fórmula de cobrança de água
611 e nem os valores? Com a palavra Beate responde que estamos aprovando as diretrizes: de
612 implantação progressiva; de exigência da garantia do retorno para a bacia; de que todos os



COMITÊ do ITAJAÍ

AGÊNCIA DE ÁGUA

613 usuários, todos os setores devem participar. Aquela fórmula não atinge todos, por isso, outras
614 fórmulas deverão ser criadas, e temos que trabalhar em cima do alvará municipal para garantir a
615 obtenção do maior número de usuários regularizados e participando do processo. Os critérios
616 incluem primeiro: a fórmula geral, o segundo item dos critérios nunca ninguém questionou, o
617 terceiro critério é o método para a determinação do Ks que o Cleber e também o sindicato não
618 querem aprovar. A proposta é que seja rediscutido com base no relatório no prazo de seis
619 meses, acredito que 1 ano seria melhor, ou seis meses para depois prorrogar. Essa é a
620 continuação daquela fórmula de determinação do Ks, que também é para ficar para discussão,
621 ou seja, os dois: o Ks e o Kss. E ainda o Vpa que não está definido. O critério é que haja esse
622 termo, mas não está definido. Com a palavra Harry disse que ficou mais claro e perguntou se
623 com isso nós não estamos transferindo as metas? Beate respondeu que em função da proposta
624 do Odair e do Cleber, a proposta de metas é também alterada e seria o seguinte: Cobrança
625 regulamentada em 2011, que depende do grupo de estudos do governo do estado. Essa é a
626 parte legal, que cabe ao Estado. A próxima é os coeficientes Ks determinados num prazo de seis
627 meses. Terceiro, a proposta é que tanto os preços unitários básicos, como os coeficientes seriam
628 revistos todo ano, esta é a meta. A quarta meta é a cobrança implementada no prazo de um ano
629 após a regulamentação. Harry Dorow solicita a palavra e questiona se o plano está diretamente
630 orientado pela lei federal, se tem alguma implicância com a lei estadual que não foi obedecida?
631 Com a palavra Rui Batista Antunes responde que quanto ao Comitê isso não implicaria em nada
632 na continuidade do plano ou na aprovação, ou não, do plano. Seguimos a uma lei maior, a lei
633 nacional, mas como é um rio estadual, e até onde li, o plano não cita a lei estadual, mas a Beate
634 explicou que tem um apêndice, um anexo da legislação. Seria interessante, não como crítica,
635 mas como sugestão que fosse inserida na introdução a legislação estadual, mas isso não implica
636 em nada, não está ferindo a legislação. Beate esclareceu dizendo que a lei estadual chama o
637 instrumento de plano de bacia, enquanto a lei nacional aponta como é o plano, qual é o conteúdo
638 mínimo. Depois existe uma resolução do conselho nacional quem tem umas 30 páginas dizendo
639 como deve ser feito. Inclusive o plano estadual também segue essas instruções, pois não
640 existem outras, este é o documento central, os outros são apêndices. É o termo de referência, a
641 resolução 17 de 2001 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Harry Dorow diz que está
642 satisfeito e agradece. Fala que o plano é bem extenso e bem detalhado, e diz que gostaria de
643 registrar com relação ao que o Wilando relatou. Acha que teve um conflito de idéias, o que ele
644 estava preocupado não é com o que está aqui, mas com o que virá em função do que está
645 escrito. Sabemos que as nossas águas não são boas, mas temos que aprovar isso como
646 diagnóstico, porque cada situação nas comunidades será uma situação diferente e própria, então
647 é muito importante que fique claro, que temos aqui um diagnóstico geral da bacia hidrográfica. A
648 palavra foi aberta. Felipe Flesch Hoops, representante do Sintex solicita a palavra, que é
649 concedida. Solicita que antes de colocar em votação o plano diretor, o setor têxtil de vestuário
650 quer uma manifestação do comitê sobre os pontos inseridos no ofício antes protocolado, e que
651 algumas situações levantadas são baseadas em dados empíricos ou meras estimativas, por
652 exemplo: 1) a falta de detalhamento das informações e dados apresentados no projeto, que são
653 apenas uma estimativa para elaboração do coeficiente setorial (Ks), não nos dá segurança de
654 garantia de sua confiabilidade; 2) a cobrança pelo uso de água deve ser justa, porém não deve
655 ser analisada apenas a capacidade de pagamento de acordo com sua participação no PIB
656 estadual para definição do coeficiente setorial, questiona-se inclusive a existência desse
657 coeficiente; 3) o plano não especifica o critério para aprovação de novos projetos e a capacidade
658 de captação; 4) esses fatos, dentre outros, levam a existência de margem de erros de cobrança,
659 devido a falta de esclarecimentos referentes a forma de fiscalização; 5) a não existência de
660 dados auditados que comprovem a necessidade do valor de 1 mil e 300 milhões para
661 recuperação da bacia do Itajaí; 6) o não amparo legal e a incerteza da forma de participação do
662 estado em 40% do valor estimado para recuperação da bacia do rio Itajaí. Estes 6 pontos, são
663 fatos que, a juízo do setor têxtil e vestuário não estão esclarecidos no plano diretor. Assim, o

COMITÊ do ITAJAÍ

AGÊNCIA DE ÁGUA

664 setor têxtil e de vestuário sugere que não seja colocada em votação o plano diretor até que
665 respondidas estas e as indagações existentes no ofício protocolado hoje. Portanto, Sr.
666 Presidente, o setor têxtil de vestuário requer que sejam ouvidos os membros do comitê a respeito
667 dessa colocação. O presidente Tercílio Bonessi coloca que todas essas perguntas pontuadas
668 foram citadas anteriormente e todas claramente explanadas pela Beate. Pedimos que se
669 houvesse dúvidas fizessem manifestação. Felipe disse que nas oficinas foram feitos os
670 questionamentos, continuamos com dúvidas, fizemos reunião com o comitê do Itajaí no Sintex e
671 permaneceram as dúvidas. Tercílio fala que a assembléia é soberana. Na minha concepção
672 todas as questões pontuadas foram esclarecidas. Beate responde que acredita que realmente
673 várias dessas questões foram esclarecidas e conduzidas inclusive nas alterações que foram
674 feitas. Entretanto, percebe-se, que existe confusão de duas palavras: projeto e plano. Como
675 plano diretor, aquelas questões que o Sintex exige em termos de definição, de recursos, isso é
676 coisa de projeto, não é de um plano diretor. O plano diretor define as diretrizes gerais do
677 segmento. Acho que esse é um problema de interpretação, que está levando a essas dúvidas,
678 pois as outras questões pontuadas também foram colocadas. Elas serão esclarecidas, são textos
679 que estão sendo produzidos, esclarecimentos do grupo de trabalho, que inclusive propomos que
680 vocês participassem. As questões financeiras não podem ser resolvidas porque é um outro nível
681 de detalhamento de trabalho, que não cabe ao plano diretor, cabe a projetos específicos dentro
682 das políticas municipais de saneamento e assim por diante, tanto que nós nunca falamos em
683 custos, e sim, em estimativas. Ivanor Boing solicitou a palavra, cumprimentou a todos e
684 apresentou-se como prefeito de Vitor Meirelles, representante da AMAVI no Comitê. Falou que
685 representa a população da bacia nesse momento estratégico, histórico que estamos vivendo com
686 relação a aprovação do plano diretor. Acha que temos muitas coisas para evoluir, estamos dando
687 passos importantes, estamos desde 97, de 97 até hoje, são 13 anos de existência deste comitê,
688 trabalhando há 5 anos para construir o plano de acordo com o que foi colocado. Agora, temos
689 que oficializar. Algumas coisas ficaram para ser detalhadas, mas precisamos avançar nessa
690 discussão. Caso contrário vamos retroceder, então, é importante aprovarmos este Plano. Rui
691 Batista Antunes coloca que estamos numa assembléia, ela é soberana, a Beate já explicou a
692 diferença do plano e de projeto, e que seja atendida a solicitação do setor, para sairmos daqui
693 com lisura de uma definição de uma assembléia geral. Eles estão pedindo que seja votado pela
694 aprovação, ou não. Entendi também que muitas das informações que o setor esta colocando não
695 dizem respeito, mas acho importante colocar para votação. Tercílio falou que colocará em
696 votação o requerimento. Cleber solicitou a palavra e disse que gostaria de sugerir que a
697 assembléia discutisse entre si, durante cinco minutos. Estamos com os membros da indústria e
698 gostaríamos de discutir se realmente vale a pena partir para a votação, ou não. Tercílio
699 perguntou quem é favorável ao requerimento do setor que levante o cartão. Felipe solicitou a
700 palavra e ressaltou que o requerimento é para que não seja votado hoje o projeto do plano
701 diretor. Odair Fernandes solicitou a palavra. Apresentou-se como representante dos usuários.
702 Falou que o momento da leitura não foi adequado, mas o protocolo foi o ideal. Acredita que
703 partes do requerimento foram atendidas, o modelo que era o Ks, já foi atendido, explicado que
704 vai ficar de seis meses a um ano. Portanto não será aprovado hoje, para que possamos discutir e
705 acertar o Ks. Segundo, as metas, a cobrança deverá ser regulamentada por quem? Pelo Estado,
706 após isso se dará prazos como foi acordado, após isso se iniciará cada processo. Está claro que
707 a cobrança não está vinculada. Voto juntamente com o setor de usuários, mas o meu pessoal,
708 após assistir a assembléia, e acompanhando toda a discussão, tudo que se fez até agora,
709 acredito que estamos prontos para votar e vamos ser voto vencido. Podemos acatar o
710 requerimento, mas não vai resolver. Acho que conseguimos o que queríamos: discussão do Ks,
711 discussão das metas, não vejo por que não votarmos. Harry Dorow diz que discutimos nas
712 audiências públicas, foi apresentado hoje com as ressalvas que foram apresentados, temos que
713 aprovar. O presidente Tercílio Bonessi colou em votação o requerimento para que o plano seja
714 votado hoje, ou não. Foram 6 votos a favor, 15 votos contra, e 5 abstenções. Sendo assim,

COMITÊ do ITAJAÍ

AGÊNCIA DE ÁGUA

715 prosseguiu-se colocando em votação o requerimento oral feito pelo Cleber. Houve 15 votos
716 favoráveis. Então a assembleia foi suspensa por 5 minutos. Encerrado o tempo, o presidente
717 Tercílio Bonessi falou que somos pessoas responsáveis e sabemos que temos problemas e que
718 precisamos de um plano para resolvê-los. Já são 5 anos discutindo, vimos todas as dificuldades
719 e temos a responsabilidade sim: nós temos que dar o primeiro passo, não estamos construindo
720 um plano definitivo, precisando faremos mudanças posteriores. Na terceira chamada 32
721 membros estavam presentes. O presidente colocou em votação o plano de bacia com todas as
722 ressalvas apresentadas. Houve 21 votos favoráveis, 2 abstenções e 4 votos contrários. Devido
723 ao horário, decidiu-se entre os membros da diretoria deixar para a próxima assembléia os
724 seguinte pontos de pauta: **3) Eleição do Conselho Fiscal da Fundação Agência de Água do**
725 **Vale do Itajaí; 4) Apresentação e aprovação da prestação de contas do exercício de 2009;**
726 **5) Informes da Secretaria; 6) Assuntos Gerais.** O presidente agradeceu e desejou bom plano a
727 todos. Sem mais nada a declarar, eu, Beate Frank, lavro a presente ata que vai assinada por
728 mim e pelo Presidente do Comitê do Itajaí. 17h20min

